



**CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS  
GABINETE VEREADOR PROF. ADINHO – PDT**

*Adinho*

**PROJETO DE LEI**

Câmara Municipal de Pelotas Documento Protocolado	
Sob Nº	5628
Em	18/10/16
	CR
	Responsável

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE AS COMPRAS PÚBLICAS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PELO PODER EXECUTIVO E PELAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS DE PELOTAS, QUE DEVERÁ SER NO PERCENTUAL DE NO MÍNIMO 30% DO TOTAL ADQUIRIDO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

**Art. 1º** Dispõe sobre as compras públicas para aquisição de gêneros alimentícios pelo poder executivo e pelas repartições municipais de Pelotas, que deverá ser no percentual de no mínimo 30% do total adquirido da agricultura familiar.

**Art. 2º** Consideram-se agricultores familiares todos aqueles que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal n o 11.326, de 24 de julho de 2006.

**Art. 3º** A prioridade das compras de gêneros alimentícios pelo poder público municipal será dos agricultores familiares e suas organizações do município de Pelotas, podendo adquirir de agricultores familiares e organizações da região e do Estado quando ainda na indisponibilidade da oferta por parte dos agricultores familiares do município.

**Paragrafo único** — São também considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades tradicionais a que se refere o S 2º do art. 30 da Lei Federal n o 11.326, de 2006.

**Art. 4º São objetivos desta lei:**

- I - incentivar o consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e que valorizem a cultura alimentar local e regional;
- II - garantir a compra de produtos locais, frescos, com menor periodicidade,

valorizando as cadeias curtas de comercialização;

III - promover a valorização do agricultor familiar, viabilizando renda e estimulando a permanência no meio rural;

IV - estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo dos seus produtos;

V - favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos municipais;

VI - fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos da agricultura familiar.

**Art. 5º** Dos recursos destinados à compras públicas para aquisição de gêneros alimentícios *in natura* ou manufaturados, o Município aplicará no mínimo 30% (trinta por cento) na aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de organizações de agricultores familiares do município de Pelotas, para fins de:

I - ações de promoção de segurança alimentar e nutricional;

II - abastecimento da rede socioassistencial;

III - abastecimento de estabelecimentos de alimentação e nutrição;

IV - abastecimento da rede pública de educação, bem como da rede filantrópica, comunitária e de ensino, que recebam recursos públicos;

V - abastecimento das demais instituições públicas com fornecimento regular de refeições, tais como unidades do sistema de saúde e/ou outras que vierem a ser criadas;

VI - abastecimento das demais instituições públicas com fornecimento regular de refeições, tais como CRAS, CREAS, Centro POP, Casa de Passagens, Casas de Acolhidas, Albergues, Restaurante Comunitários/Popular;

VII – Para situações de emergência ou calamidade pública.

**Parágrafo Único:** Na aquisição de gêneros alimentícios as instituições deverão adquirir de forma equânime os produtos *in natura* e agroindustrializados, de origem animal e vegetal, garantindo uma alimentação saudável e equilibrada para os beneficiários.

**§ 1º** - A aquisição direta de alimentos será realizada com dispensa do procedimento licitatório, por meio de chamada pública de acordo com a Lei Federal 12.188/10, desde que sejam atendidas as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, tendo como referência a metodologia do artigo 5º da Resolução 50 do GGPA;

II — os alimentos adquiridos sejam de produção própria do agricultor familiar;

III – As cotas por agricultores e organizações dos agricultores familiares obedecerem ao Decreto Federal 8293/14 e suas atualizações.

§ 2º A observância do percentual disposto no caput poderá ser dispensada quando for constatada uma das seguintes circunstâncias:

I - Não atendimento das chamadas públicas pelos agricultores familiares ou suas organizações;

II - Impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente pelo agricultor familiar ou sua organização;

III - Inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, dentro da sazonalidade, por parte dos agricultores familiares ou suas organizações;

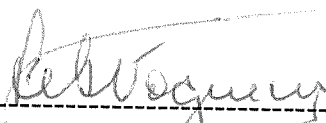
IV - Incidência de pragas ou acidente natural que resulte na perda da produção dos agricultores familiares;

V - Ausência de condições higiênico-sanitárias adequadas por parte dos agricultores familiares.

§ 3º O preço de produtos agroecológicos ou orgânicos poderá ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, nos termos do parágrafo único do art. 17 da Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES, 18 DE JULHO DE 2016.

  
-----  
**VEREADOR PROFESSOR ADINHO**  
**BANCADA PDT**

#### JUSTIFICATIVA

Estimulação da produção agrícola e o consequente aumento da economia local também desestimulando o êxodo rural, com o aumento de vagas no setor.